

1 ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER –
2 BIÊNIO 2021 / 2023.

3 Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, com início às quatorze
4 horas, através do Google Meeting (formato online), realizou-se a reunião ordinária do Conselho
5 Municipal dos Direitos da Mulher, com a seguinte pauta: posse das novas conselheiras,
6 formação da comissão de denúncias, reuniões presenciais, inclusão do dia nove de dezembro
7 no calendário anual de ações, outros assuntos. Após a verificação do quórum a presidenta Maria
8 Aparecida Cury iniciou a reunião cumprimentando as conselheiras, agradeceu a presença de
9 todas e colocou para aprovação as atas das reuniões ordinárias do dia 23 de fevereiro e 30 de
10 março deste ano, sendo que não houve manifestações em contrário, ficando aprovadas as duas
11 atas. Deu sequência fazendo a leitura dos expedientes, ofícios encaminhados: solicitando
12 informações sobre o trabalho de reabilitação dos agressores, solicitando veículo para participar
13 de seminário “municípios em Rede” em Presidente Prudente, informando sobre denúncia
14 recebida pela funcionária Patrícia e procedimentos adotados; dos recebidos: atendendo ao
15 pedido de veículo e motorista para viagem até Presidente Prudente em que foram transportadas
16 Maria Aparecida (conselho da Mulher), Denise (conselho Afro), Márcia (DEPIR) e Erica (CRAM),
17 da CMP noroeste Paulista indicando a Adriana Durante para preencher a vacância no conselho
18 relativa aos movimentos de bairro, do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais indicando a
19 Viviana Gagliardi Delbone, da Secretaria da Mulher com relação a reabilitação dos homens;
20 convites: para participar de reunião de organização da campanha Sinal Vermelho, para
21 participar do lançamento do Aplicativo da Câmara Municipal, do Conselho Afro para participar
22 em evento do governo do estado sobre equidade racial. Aparecida fez a leitura do ofício sobre
23 o encerramento das atividades com os agressores: o Centro de Reeducação e Atendimento à
24 Família – CRAF – foi executado por meio de convênios no período de 2009 a 2017 e que foram
25 atendidos 356 homens e 08 mulheres e 251 pessoas não foram atendidas por negarem
26 acompanhamento ou não ter sido possível localizá-las, 134 evadiram-se dos serviços durante o
27 acompanhamento, os serviços foram executados pela Cáritas Diocesana de São José do Rio
28 Preto através de convênio com o município, por meio da secretaria da mulher, o serviço vinha
29 sendo executado dentro do prédio da secretaria onde também funcionava o CRAM o que não é
30 recomendado pela lei 11.340, havia baixa demanda dos serviços em comparação aos demais
31 executados pela administração pública, houve alteração na legislação sobre parcerias e optou-
32 se pela não renovação de vários convênios, estudos para adequação do programa para lei de
33 parcerias vem sendo feitos desde 2019, quando foi inaugurado o Anexo de Violência Doméstica
34 contra a Mulher, em 2021 com a retomada das atividades presenciais do Fórum foi realizada
35 reunião entre os serviços da Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica para estabelecer
36 um fluxo de atendimento dos ofensores no Anexo de Violência Doméstica contra a Mulher e
37 com a instalação da Vara de Violência Doméstica contra a Mulher está se buscando implantação
38 de metodologia própria de atendimento aos ofensores que seriam encaminhados através de
39 determinação judicial e que estão ocorrendo desde março de 2022; sobre a denúncia informou
40 que esta foi recebida no dia 07 de abril e foram feitos os encaminhamentos para possíveis
41 atendimentos. Aparecida deu sequência na pauta com a apresentação das novas conselheiras e
42 informou que a Comissão Eleitoral reuniu-se com as candidatas, em 18 de abril para homologar
43 as indicações e fornecer esclarecimentos e orientações, ficando completa a composição do
44 Conselho; mencionou que pedidos de desvinculação devem ser encaminhados pela a
45 organização que representa e este indicar a substituição de sua representante. Na sequência
46 retomou o assunto apresentado pela conselheira Paula Eduarda sobre a não realização de
47 atividades do contra turno das aulas regulares na Rede Municipal de ensino e Lana informou
48 que procurou informação junto à SME e que não sabem de nenhuma denúncia e que nos locais

49 definidos para acontecer as atividades elas estão acontecendo normalmente. Miriam informou
50 que não estão ocorrendo as atividades que ocorriam antes da pandemia, nos "complexos".
51 Adriana Dias mencionou que o Conselho de Educação vem se opondo ao financiamento de ações
52 de organizações assistenciais e "oficineiros" que se propõem a desenvolver atividades, porém
53 não são docentes nem apresentam propostas afinadas com o projeto político-pedagógica da
54 escola, de modo que devem ser custeadas pelas secretarias afins e não com verba da educação
55 e a presidenta entendeu que o Conselho da Mulher não precisará envolver-se com esta
56 demanda visto que o Conselho de Educação está focado na questão e ninguém manifestou-se
57 em contrário; deu posse à conselheira Viviana Gagliardi, indicada pelo sindicato/SSPM, e espera-
58 se a presença da Adriana numa próxima reunião, visto que não pôde estar presente por motivos
59 particulares. Aparecida seguiu a pauta trazendo a necessidade de se criar uma "comissão de
60 denúncia" considerando que o conselho já acolheu denúncias neste ano e o mesmo configura-
61 se como uma referência às mulheres da cidade, que Aparecida e Lana atenderam uma mulher
62 que queria ser ouvida pelo conselho e o expediente que utilizaram foi o de reunirem-se com ela
63 nas dependências da secretaria da mulher e buscar saber se ela estava sendo acompanhada
64 pelos serviços do município e ela está sendo atendida pelo CRAM e Patrulha Maria da Penha e
65 com advogada particular está buscando restituir uma medida protetiva; que a secretária
66 executiva do conselho vem fazendo essa escuta de denúncias, com os devidos registros e
67 encaminhamentos o que motivou Aparecida promover este debate a trazer a questão
68 evidenciando que a função desta comissão seria a de ouvir as denúncias, fazer os
69 encaminhamentos e acompanhar os desdobramentos dessa denúncia, que o conselho das
70 pessoas com deficiência têm essa comissão, que as conselheiras que se propuserem a compor
71 esta comissão precisam ter disponibilidade de tempo para atender a pessoa, fazer a oitiva, os
72 encaminhamentos e acompanhar esses encaminhamentos; Shayla solicitou a palavra para
73 esclarecer como a comissão procede no CMPCD e informou que ela faz parte da comissão, que
74 são em quatro conselheiros, que não tem uma reunião mensal e se reúnem quando há uma
75 denúncia, criaram um formulário de coleta de denúncias para dar suporte às pessoas que não
76 têm formação em Assistência Social ou Psicologia (no caso, a Patrícia secretária executiva dos
77 conselhos), desse modo a denúncia chega no setor de conselho que acolhe com objetividade,
78 através do formulário, que é passado para a comissão que tem Psicólogo e Assistente Social que
79 entram em contato com a pessoa, fazem uma oitiva e elaboram um relatório informativo a ser
80 encaminhado aos responsáveis/envolvidos na denúncia, que contém os encaminhamentos e
81 traz a denúncia em anexo, após as devolutivas e confirmações de encaminhamentos e
82 resolutividade é feito um termo de arquivamento e dá-se por concluída/resolvida a denúncia e
83 recomenda que haja um profissional qualificado, compondo a comissão para que se possa fazer
84 uma escuta qualificada visto serem denúncias com conteúdos de forte cunho emocional; Sueli
85 ponderou ser necessário amadurecer a ideia e destacou que há dois tipos de denúncia: uma
86 relativa aos atendimentos em si, por exemplo a demora ou a ineficiência ou a inexistência de
87 políticas públicas e outra que diz respeito à violência sofrida e entende que há pouca adesão das
88 conselheiras e Aparecida também demonstrou essa preocupação apesar de possuir muita
89 experiência em fazer oitivas/escutas; Luciana Figueiredo ponderou que o Conselho mostra-se
90 como uma porta de entrada de demandas inclusive através do site e do email próprio, entende
91 ser necessário a criação da Comissão, mas sem a tarefa de acompanhar os desdobramentos dos
92 atendimentos, pois de acordo com a Lei 10.530, no inciso III, do artigo 3º, é competência do
93 Conselho "receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las
94 aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas"; sendo tarefa dos órgãos públicos a
95 resolução da situação e sugere que sejam relatadas nas reuniões as ocorrências que tenham
96 passado pela comissão de modo a se fazer um registro; Shayla explicou que as denúncias

97 recebidas pela comissão, no Conselho das Pessoas com Deficiência, seguem o caminho do envio
98 aos órgãos competentes e a comissão tem a função de entender a situação e fazer os
99 encaminhamentos e que, por determinação do CRP, faz-se necessário pontuar a questão da
100 escuta qualificada para, inclusive, a proteção de quem está fazendo a escuta, mas isso não quer
101 dizer que a composição da comissão deva ser de pessoas qualificadas mas que haja um cuidado
102 no sentido de nortear a ação de escuta e, sobre o acompanhamento, destacou que ele se dá no
103 sentido de saber se as medidas necessárias ocorreram, sobre o fluxo dos atendimentos, se há
104 necessidade de outros encaminhamentos, com a conclusão e o arquivamento da denúncia e
105 utilizam-se do SIGM para fluxo de protocolos internos da prefeitura; que é feito o relato das
106 ocorrências e encaminhamentos nas reuniões do pleno, porém sem identificar as pessoas
107 envolvidas e que é necessário um forte comprometimento e envolvimento com a comissão e
108 sugere que a comissão tenha uma relatora para apresentar ao pleno as ocorrências; Lana
109 informou que faz um trabalho pessoal de atendimento às mulheres, que elas a encontram
110 através de suas redes sociais e que constata que as mulheres querem ser ouvidas e querem
111 saber o que fazer depois da agressão, saber que não estão sozinhas, que existem órgãos
112 competentes pra atender e muitas querem entender o que está acontecendo com sua vida, que
113 a escuta é algo difícil de ser feito e requer algumas habilidades como compreender a situação
114 sem fazer julgamentos, ter empatia sem se envolver emocionalmente para que a mulher sintase
115 acolhida, que é favorável a criação da comissão; Luciana Figueiredo mostrou preocupação
116 quanto ao uso do termo escuta qualificada pois entende que isso não é condição para que se
117 faça parte do Conselho, de modo que a utilização do termo, além de desqualificar as
118 conselheiras ainda as afasta da intensão de participação e pergunta se há um departamento,
119 dentro da Secretaria da Mulher, que faz esse atendimento qualificado e Shayla informou que
120 não, apenas ela, como chefe de divisão, encarrega-se de dar andamento às demandas e Luciana
121 retomou afirmando que o poder público deve fornecer as condições para que as conselheiras
122 executem suas atribuições e que esta escuta pode vir a ser uma capacitação, caso seja
123 necessário; Adriana Dias concordou com Luciana e tem dúvidas em como se daria esta escuta e
124 Aparecida ponderou que a comissão deverá fazer a escuta, desde que o conselho seja
125 procurado, sem necessidade de capacitação e que precisamos definir se criamos ou não a
126 comissão; Eliane ponderou que devemos fazer a comissão com pessoas que tenham
127 predisposição para a tarefa; Ana Paula argumentou que já sofreu violência e que as mulheres
128 buscam serem ouvidas e fortalecidas para sair da situação de violência doméstica e que este é
129 papel do Conselho e não vê a necessidade de uma qualificação específica e que ela, como
130 manicure, já ajudou muitas mulheres através da sua escuta; Aparecida colocou em votação, não
131 houve quem se opusesse à criação, ficando criada, então a Comissão de Denúncia”, cujo
132 formato, atribuições, funcionamento e composição será tratado oportunamente. A presidenta
133 deu sequência na reunião com o tema reuniões presenciais, argumentou que está disponível
134 uma sala ampla, no prédio da Biblioteca Municipal, onde a conselheira Heloísa trabalha; Shayla
135 e Lana sugeriram que se fizesse uma alternância entre presencial e on-line para as pessoas irem
136 se adequando; Luciana perguntou sobre o horário ideal das presenciais e Aparecida e Heloísa
137 responderam que o horário das 18h é mais adequado pela facilidade em encontrar
138 estacionamento e para favorecer a presença de quem trabalha durante o dia, o que foi acatado
139 pela maioria e Eliane ponderou que, embora encontros on-line sejam mais fáceis de serem
140 realizados, é necessário os encontros presenciais para que as conselheiras se conheçam, no que
141 Lana concordou e ressaltou a importância que o presencial tem para fortalecer os laços entre as
142 pessoas, ficando aprovado e acordado que a reunião de 25 de maio será presencial. Aparecida
143 colocou a proposição da conselheira Luciana Figueiredo de se incluir a data de nove de
144 dezembro no calendário anual das ações do Conselho para ser comemorada a criação do

015

145 Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e várias conselheiras se colocaram favoráveis por
146 entenderem que dará maior visibilidade ao Conselho, estimula a participação das mulheres na
147 vida política e Aparecida ponderou que é necessário que as pessoas conheçam a função da
148 conselheira e que as próprias conselheiras valorizem este espaço de participação; Lana afirmou
149 que ser conselheira precisa ser algo significativo e importante na luta por direitos e as pessoas
150 precisam querer estar presentes e se sentirem fortalecidas; Eliane afirmou ser necessário saber
151 porque algumas conselheiras não se envolveram ainda com as ações propostas até agora, que
152 quando ela foi indicada pela universidade ela também não sabia exatamente o que faria e que
153 não devemos acusar mas procurar saber os motivos do não envolvimento; Aparecida informou
154 que irá ligar para as conselheiras que não estão comparecendo às reuniões para saber o motivo,
155 entender o que está acontecendo; Luciana comentou que a participação popular não é algo que
156 o poder público favorece ou estimula, de modo que as pessoas ficam desinformadas e colocam-
157 se como não merecedoras da oportunidade de participação ou veem-se como não capacitadas
158 para tanto. Aparecida seguiu a reunião com a proposta da conselheira Luciana Figueiredo de se
159 fazer ações no mês de agosto focado na compreensão da Lei Maria da Penha e explicou que
160 precisam ser especificados, o quanto antes, vários aspectos do evento, caso venha a ser feito
161 um seminário com a estrutura da secretaria, conforme orientações da Secretaria da Mulher:
162 data, horário, local, quantidade de participantes, o tema, os palestrantes, se pagos ou
163 voluntários, se terá *coffee break*, o rito (se haveria uma mesa de autoridades, cerimonial,
164 convites para autoridades), certificado, inscrição, transmissão, abertura, quem conduzirá,
165 palestra e de quanto tempo, tempo para perguntas - vários itens que precisam ser especificados.
166 Luciana comentou que há a perspectiva de uma parceria com a secretaria da Educação,
167 emitindo-se certificado de participação, com indicação de horas e especificações que fizessem
168 com que ele fosse considerado como título na pontuação e classificação do professor no
169 momento da atribuição de classes e aulas; que a parceria com a secretaria da educação seria
170 uma boa estratégia para divulgar a lei e, posteriormente, atingir o conteúdo curricular com
171 inserção da temática da violência contra a mulher e dos direitos humanos. Aparecida comentou
172 que, neste sentido, a secretaria da Educação precisaria ser consultada. Shayla solicitou a palavra
173 e entende que para discutir um tema, o ideal seria um fórum de discussão, que poderiam ser
174 diversos fóruns durante o ano, com diversas temáticas, que como tudo depende da secretaria é
175 necessário ter definido a data, o horário e para quantas pessoas e o tempo do trâmite legal que
176 os ofícios demandam, e entende que ainda está em tempo para pensar e conseguir realizar algo
177 em agosto. Viviana comentou que todo setembro fazem ações sobre a prevenção ao suicídio,
178 no formato de fórum, que há todas essas especificações apontadas e que se valem muito de
179 parcerias com as universidades e seus alunos, com o intuito de atingir a participação da
180 população e tem dado certo. Aparecida perguntou qual seria a diferença entre seminário e
181 fórum e Eliane explicou que o fórum tem um debate e uma conclusão visando uma tomada de
182 decisão, enquanto um seminário são apresentações. Shayla ponderou que um seminário seriam
183 palestras sem uma troca de ideais enquanto um fórum traz a perspectiva de uma grande
184 conversa sobre um tema. Heloísa informou que a secretaria de cultura possui um auditório para
185 oitenta pessoas, Eliane informou que a UNESP tem dois auditórios. Foram apresentadas várias
186 possibilidades de parcerias para levar o tema da Lei Maria da Penha: na semana da Pedagogia
187 do IBILCE, com a OAB no dia do Advogado (11 de agosto), com a coordenação do curso de
188 Psicologia da UNIP e com a UNILAGO. A conselheira Fabíola disponibilizou o auditório do CAESM
189 com capacidade para cinquenta pessoas. Luciana ponderou que irá ver na secretaria da
190 Educação uma forma de levar a temática até os professores e Miriam informou sobre a
191 possibilidade de fazer uma apresentação em horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) no
192 formato de live, sem certificação e que irá verificar a possibilidade da realização. Shayla explicou

193 que, mesmo sendo um fórum, há a necessidade de definição de gastos com *coffee break*,
194 definição de data e local, e quantidade de pessoas, tempo de duração, palestrante, convites,
195 etc. e ponderou que a produção de um certificado simples, pode ser feito na própria secretaria
196 da mulher e não teria custo, já um certificado vinculado a um *link* de inscrição pela Empro tem
197 custo, ainda se houver palestrante será necessário um mini currículo a ser colocado no verso do
198 certificado e entende ser uma boa estratégia a produção de certificado pois pode interessar aos
199 estudantes. Aparecida concluiu o debate solicitando que Luciana faça a discussão na comissão
200 de prevenção e que a comissão defina as ações, com a perspectiva de realização do fórum no
201 dia cinco de agosto e demais ações levantadas até o momento. Shayla lembrou a necessidade
202 de atentar para não vincular candidatos às eleições na mesa de autoridades e assemelhados.
203 Aparecida lembrou que para agosto já foi deliberado a temática envolvendo ações com os
204 homens agressores. Shayla sugeriu que a mesma ação seja replicada, durante o ano, em diversos
205 locais. Aparecida colocou-se disponível para participar da reunião da comissão de prevenção.
206 Não havendo nada mais a ser tratado, a presidenta agradeceu a presença de todas, e encerrou
207 a reunião. Presentes nesta reunião as conselheiras: Adriana Marques Guimarães Dias, Ana Paula
208 dos Santos, Eliane Gonçalves de Freitas, Eliete Fátima Marques Reis, Fabíola Valério Severino
209 Pereira, Heloisa Carvalho Moreira, Lana Braga, Luciana Bonosque Figueiredo, Maria Aparecida
210 Cury, Maria Aparecida de Freitas Jesus, Miriam Roberta Pedrini, Rosângela Aparecida da Silva,
211 Shaila Duduch, Sueli Aparecida Pereira, Viviana Gaglirdi Delbone, justificaram ausência, Luciana
212 Fontes. Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata, que após ser lida e
213 aprovada, será assinada pela presidenta Maria Aparecida e a secretária Luciana Bonosque
214 Figueiredo. São José do Rio Preto, 27 de abril de 2022.

215

216

217  Luciana Bonosque Figueiredo

218 Secretária -CMDM



Maria Aparecida Cury

Presidenta - CMDM